
CONCURSO PÚBLICO

CP/01/2025

Programa do Procedimento da empreitada:

Alteração e Ampliação do edifício de Residência de Apoio Máximo (RAMa)

Preço base: 245.000,00 € (duzentos e quarenta e cinco mil euros)

Prazo de execução: 240 dias

Índice

1. Identificação do Concurso
2. Entidade Adjudicante
3. Órgão que tomou a decisão de contratar
4. Órgão competente para prestar os esclarecimentos
5. Disponibilização e acesso ao procedimento
6. Prazo para apresentação das propostas
7. Preço base
8. Preço anormalmente baixo
9. Prazo de execução
10. Propostas variantes
11. Prazo de obrigação de manutenção das propostas
12. Documentos que instruem a proposta
13. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta
14. Critério de adjudicação
15. Critério de desempate
16. Valor da caução
17. Modo de apresentação da caução
18. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário
19. Encargos do concorrente
20. Idoneidade dos concorrentes
21. Impedimentos
22. Recurso ao ajuste direto
23. Legislação aplicável

ANEXOS:

I

II

1. I identificação do Concurso

O presente programa do procedimento, integra o processo do concurso público para a empreitada “**Alteração e Ampliação do edifício de Residência de Apoio Máximo (RAMa)**”, de acordo com as condições definidas no caderno de encargos

2. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o MATIZ- Associação para a promoção da saúde mental, com sede no Centro Cívico de Mirandela, Rua da Republica n.º 209, 5 3 7 0 - 3 4 7 Mirandela, (telefone 910516237; email:geral@matiz.pt); Plataforma eletrónica: www.acingov.pt.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1 O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é a Direção da MATIZ, nos termos do n.º 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.

3.2 A decisão de contratar foi tomada pela Direção atual da MATIZ, na sua reunião realizada a 31 de março de 2025.

4. Órgão competente para prestar os esclarecimentos

O órgão competente para a decisão de contratar, nos termos e para efeitos previstos no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto na parte final do n.º 2 do artigo 69.º do mesmo diploma legal, delega no júri nomeado no presente procedimento as competências para proceder à prestação de esclarecimentos solicitados pelos interessados, em obediência ao disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º, diretamente aplicável em conjugação com o exigido na alínea e) do n.º 1 do artigo 132º do referido Código.

5. Disponibilização e acesso ao procedimento

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica utilizada pela MATIZ, no site www.acingov.pt.

6. Prazo para apresentação das propostas

6.1 As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados através da plataforma eletrónica utilizada pela MATIZ, no site www.acingov.com até às 23: 59 horas do 5º dia, a contar da data do envio, para publicação, do anúncio do concurso, ou no final das prorrogações decididas pelo órgão competente para a decisão de contratar.

7. Preço base

7.1 O preço base do presente concurso público é de **245.000,00 €** (duzentos e quarenta e cinco mil euros).

7.2 A fixação do preço base é fundamentada, com base em critérios objetivos, utilizando a estimativa orçamental que faz parte integrante do projeto de execução, tendo como referência os custos médios atualizados do mercado.

8. Preço anormalmente baixo

8.1 Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos é considerado anormalmente baixo, quando o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas admitidas for igual ou superior a 20% .

8.2 Entende-se ser de fixar o preço anormalmente baixo de forma a garantir que o valor final esteja dentro dos valores praticados no mercado, tendo presidido a esta fixação, como critério considerado adequado, o desvio percentual em relação à média dos preços a admitir no presente concurso.

9. Prazo de execução

O prazo de execução é de **240 dias** a contar da data da consignação ou da data em que o dono de obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior.

10. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

11. Prazo de obrigação da manutenção das propostas

As propostas considerar-se-ão válidas e inalteradas em todas as suas condições por um período de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. Documentos que instruem a proposta:

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa de procedimento (cfr. anexo I do CCP), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- b) Proposta de preço assinada pelo concorrente ou seu representante, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II do presente Programa do Procedimento;

- c) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
- d) Plano de trabalhos, elaborado de acordo com artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;
- f) Declaração com os elementos que se refere o n.º 4 do art.º 60 do Código dos Contratos Públicos;

13. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta

14.1 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante (Acingov), em suporte digital e redigidos em língua portuguesa conforme disposto no número 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada;
- b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

14.2 Quando haja dúvidas fundadas acerca do conteúdo ou autenticidade dos documentos digitais expressos no ponto anterior, pode ser exigida a exibição do original ou documento autenticado para conferência, devendo para o efeito ser fixado um prazo razoável não inferior a cinco dias úteis.

14.3 Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo de forma digital, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se a procuração que confira a este último, poderes para o efeito ou pública-forma da mesma.

14.4 Cada documento da proposta colocado na plataforma, deve constituir um ficheiro autónomo com o nome dos ficheiros que permita a sua imediata identificação.

15. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação fixado: **Preço mais baixo**

16. Valor da Caução

Não definido.

17. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

Devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação de

adjudicação, através da plataforma eletrónica utilizada pelo Dono de Obra, os seguintes documentos de habilitação:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55, do Código dos Contratos Públicos;
- c)** Alvará concedido pelo IMPIC, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, designadamente:
 - c1) 1.ª subcategoria da 1.ª categoria**, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
 - c2) 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Subcategorias da 1.ª Categoria**, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitam;
 - c3) 3.ª, 7.ª, 10.ª Subcategoria da 4.ª categoria**, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitam;

18. Encargos do concorrente

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, a celebração dos contratos, de seguros indicados no Caderno de Encargos, a constituição das cauções exigidas no Programa de Procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

19. I doneidade dos concorrentes

Os concorrentes relativamente aos quais se verifique alguma das situações referidas no artigo 55º do Código dos Contratos Público, são excluídos do concurso.

20. Impedimentos

Não podem ser concorrentes ao presente procedimento, as entidades que incorram nos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55º -A Relevação dos impedimentos.

21. Recurso ao ajuste direto

O Dono de Obra poderá vir, no futuro, a recorrer à celebração de novo contrato por ajuste direto com o adjudicatário do presente procedimento, nos termos e para efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Código dos Contratos Públicos.

22. Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de procedimento observar-se-ão os restantes documentos do

processo de concurso, bem como o disposto no Código dos Concursos Públicos.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a). ..

b). ..

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de proposta de preço

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará (indicar o número), contendo as habilitações..... (indicar natureza e classe), com sede....., pessoa coletiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de..... sob o nº, com o capital social de, depois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada de(designação da obra), a que se refere o anúncio/convite datado de, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o caderno de encargos, pela quantia deeuros (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante, e com um prazo de execução de (dias).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....